

PARECER Nº 26/2021

PROJETO DE LEI Nº 03/2021

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATOR VEREADOR WILLIAM PROFESSOR

RELATÓRIO

De autoria do senhor Prefeito, o Projeto de Lei nº 08/2021 *“dá nova redação ao art. 2º da Lei Municipal nº 1.157, de 11 de maio de 2007, e dá outras providências”*.

Versa a matéria sobre alteração da composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Conselho do Fundeb).

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental.

Vem agora a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 91, inciso III, alínea “j”, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em exame visa aumentar, de 11 para 14, o número de componentes do Conselho do Fundeb, criado pela Lei Municipal nº 1.157, de 11 de maio de 2007.

A Lei nº 1.157, de 2007, em seu art. 5º, dispõe que:

Art. 5º- Compete ao Conselho:

- I- Supervisionar a realização do Censo Escolar anual;
- II- Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- III- Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual;
- IV- Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

O Fundeb foi regulamentado pela Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e destina-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.

O art. 34, inciso IV, da mencionada lei, trata da composição deste Conselho no âmbito municipal nos seguintes termos:

Art. 34. [...]

[...]

IV - em âmbito municipal:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

I - 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicado por seus pares;

III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

IV - 1 (um) representante das escolas indígenas;

V - 1 (um) representante das escolas do campo;

VI - 1 (um) representante das escolas quilombolas.

Nesse sentido, o projeto de lei em comento acrescenta ao Conselho Municipal do Fundeb dois representantes de organizações da sociedade civil e um representante das escolas de campo, para adequá-lo à composição prevista pela referida lei federal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 08, de 2021.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2021.

Vereador WILLIAM PROFESSOR
Relator